

TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: O padrão desenvolvimentista através de megaempreendimentos e seus consequentes deslocamentos forçados

Anne Gabriele Alves Guimarães

Pós-graduanda em Direito Público pela ASCES-UNITA. Graduada em Direito pela Universidade de Pernambuco, campus Arcoverde. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT/UPE/CNPq). Integrante do Coletivo Direitos em Movimento (DIMO/UPE). Integrante do Programa TransVERgente (UPE/FIOCRUZ). Advogada. E-mail: annegabrielebj@hotmail.com

Clarissa Marques

Pós-Doutorado realizado na The New School of Social Research – NY. Doutora em Direito pela UFPE. Professora da Universidade de Pernambuco (UPE) e do PPGD da Faculdade Damas. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT/UPE/CNPq - @somosgept). Coordenadora do Coletivo Direitos em Movimento (DIMO/UPE). Coordenadora do Programa TransVERgente (UPE/FIOCRUZ). E-mail: marquesc2504@gmail.com

Suely Emilia de Barros Santos

Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE – Campus Garanhuns) e do PPGSDS/UPE. Líder do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos em Ação Clínica e Saúde (LACS/UPE/CNPq). Coordena a Residência Multiprofissional em Saúde Mental e o Serviço de Atenção Psicológica – SAP/UPE. Membro do GT – Prática Psicológica em Instituições: atenção, desconstrução e invenção da ANPEPP. Coordenadora do Programa TransVERgente (UPE/FIOCRUZ). E-mail: suely.emilia@upe.br

RESUMO

O presente trabalho busca compreender de que modo o padrão desenvolvimentista e a atuação do Estado neoliberal interferem na vida de grupos de pessoas, principalmente os mais vulneráveis. Para isso, analisa-se o megaempreendimento da Transposição do Rio São Francisco e suas articulações entre agentes públicos e privados. O referido macroprojeto, considerado funcional aos ditames do capitalismo, ainda não foi concluído, mas já deixa impactos negativos. Para os fins aqui delineados, destacam-se os deslocamentos forçados (expulsões) de muitas famílias camponesas. Ao deixarem suas antigas propriedades em nome do desenvolvimento estatal, sacrificaram também a autonomia e o modelo de produção agrícola de subsistência, submetendo-se a um modo de vida completamente diferente em um contexto de descaso planejado. A metodologia utilizada tem abordagem qualitativa, com viés exploratório e descritivo.

Palavras-chave: Transposição do Rio São Francisco. Megaempreendimento. Capitalismo. Deslocamentos forçados.

SÃO FRANCISCO RIVER TRANSPOSITION: The developmentalist patterns through megaprojects and their consequent forced displacement

ABSTRACT

This paper aims to understand how the developmentalist pattern and the influence of the neoliberal statute interfere on the life of communities, particularly on the

most vulnerable ones. For this, this paper analyzes the megaproject for the São Francisco River transposition and its articulations between public and private agencies. The referred project, considered functional under capitalist concepts, has not been concluded yet, but it already causes negative impacts. In order to reach the drawn up objectives, the research highlights the forced displacement of rural families. While leaving their homes for the benefit of federal development, they are also sacrificing their autonomy and the production model of subsistence agriculture, subjecting themselves to a completely different lifestyle in a context of deliberate neglect. The methodology used is characterized by a qualitative approach with exploratory and descriptive bias.

Keywords: São Francisco River Transposition. Megaproject. Capitalism; Forced displacements.

1 INTRODUÇÃO

O fetiche por superlativos no Brasil, ou seja, o imaginário de uma superioridade extrínseca a sua extensão territorial ou o culto à grandiosidade, passa a ganhar uma nova configuração quando o Estado, vendido às lógicas do capital, legitima os chamados megaempreendimentos. Estes grandes projetos são operacionalizados pelas confluências entre agentes públicos e privados, tendo como principal objetivo o lucro. Estado, mercado e empreiteiras ou grandes empresas encontram no modelo capitalista as bases de que precisam para gerar acumulação e movimentar o excedente produtivo. Nesse sentido, as intervenções econômicas pautadas no padrão desenvolvimentista são consideradas louváveis, pois colocam os países na rota do consumo.

Entretanto, é também o desenvolvimento que gera contradições, invisibilizando mal-estares. No contexto do megaprojeto aqui apresentado, a Transposição do Rio São Francisco, utiliza-se a falácia de que o verdadeiro desenvolvimento exige sacrifícios, desde que os sacrificados sejam os mais vulneráveis, os “outros”. Esta é a primeira consideração a ser feita: o padrão desenvolvimentista adotado pelos Estados neoliberais é discriminatório ao passo que mantém relações sociais dominantes.

A Transposição está localizada em um cenário de concentração fundiária¹⁴⁸, de renda e poder, liderado por elites regionais, sendo este fenômeno um dos legados do processo de colonização.

¹⁴⁸ A Transposição do Rio São Francisco se localiza na Região Nordeste Setentrional nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Este megaempreendimento nasceu como solução para garantir segurança hídrica ao Sertão. Após 13 anos, o projeto, ainda em andamento, traz muitas promessas não cumpridas e expõe o quadro de vulnerabilidade acentuado pela passagem dos canais. A Transposição expandiu as fronteiras do agronegócio, desterritorializando famílias camponesas. A água não chegou para quem mais precisa, comprovando que o Estado neoliberal desenvolvimentista, idealizador de obras monumentais, só se interessa pelos fluxos de dinheiro.

Os megaempreendimentos representam a lógica capitalista de constante movimentação de dinheiro para gerar cada vez mais riquezas concentradas nas mãos de poucos. Tem-se um círculo vicioso com o consentimento estatal a fim de beneficiar os agentes/agências do capital, ignorando os anseios das populações mais vulneráveis que se apresentam no caminho. O desejo predatório de dominação das pessoas e dos territórios torna os macroprojetos as novas estratégias neoliberais de concentração de renda entre Estado e agentes privados.

A justificativa ao presente trabalho reside nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT/UPE/CNPq) que atua juntamente com o Programa TransVERgente (UPE Campus Garanhuns, UPE Campus Arcoverde e Fundação Oswaldo Cruz). A parceria permitiu que fossem realizadas visitas às regiões impactadas pelos canais da Transposição no município de Sertânia/PE, correspondendo ao Eixo Leste das obras. A partir das escutas, as comunidades camponesas relataram angústias e tristezas decorrentes da instalação do empreendimento.

A parceria integra estudantes e pesquisadores das mais diversas áreas (Direito, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Saúde Mental e Saúde Coletiva), viabilizando a pesquisa de campo e o olhar sensível diante das consequências oriundas do desenvolvimentismo predatório.

Diante do exposto, a pesquisa apresenta como objetivo geral compreender de que modo o padrão desenvolvimentista e a atuação do Estado neoliberal interferem na vida de grupos de pessoas, principalmente os mais vulneráveis. Como objetivo específico, se propõe a explicar este modelo predatório de desenvolvimento, analisando a Transposição do Rio São Francisco

enquanto macroprojeto em um contexto de descaso planejado. Já ao fim, discorre-se sobre os deslocamentos forçados (expulsões) no Sertão ocasionados pelo empreendimento em questão. A metodologia utilizada tem abordagem qualitativa, com viés exploratório e descritivo.

2 O PADRÃO DESENVOLVIMENTISTA E A ATUAÇÃO DO ESTADO A PARTIR DA ÓTICA NEOLIBERAL

O desenvolvimento, em princípio, é um processo natural. Plantas, animais e humanos se desenvolvem a partir de uma semente, um ovo, um embrião, até que se alcance a maturidade. Para a natureza, este é um processo cíclico. Tal simbolismo, entretanto, acabou servindo de inspiração ao presidente dos Estados Unidos Harry Truman, cujo discurso de posse, em 1949, lançou ao mundo o binômio “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento.” (LANG, 2016)

Desde então, as sociedades ou economias são descritas através deste “referencial”. Opor-se ou obstaculizar o desenvolvimentismo é visto como uma espécie de absurdo, algo sem sentido. Apesar das propagandas neoliberais, há múltiplas razões para se desfazer do “desenvolvimento” como referente positivo. Conforme Lang (2016, p. 26, aspas da autora):

Por um lado, em retrospectiva, sabemos que tem sido uma promessa enganosa para a grande maioria da população de regiões do Sul geopolítico. Até hoje, a chamada ‘cooperação ao desenvolvimento’ transfere muito mais recursos do Sul para o Norte do que vice-versa. Ou seja, é um bom negócio para as economias que supostamente são ‘doadoras’, não para as que deveriam receber.

Prometeu-se ao Sul global que, por meio do “desenvolvimento”, este poderia participar do modo de vida dos países industrializados do Norte, mas esqueceram de dizer que o modo de vida destes países “só é possível por causa das relações coloniais – históricas e atuais” (LANG, 2016, p. 28).

Garantir uma vida baseada no acesso a bens materiais significa saturar o meio ambiente em sua capacidade de absorver dejetos, indicando que o luxo de poucos é construído sobre a espoliação de muitos. Os níveis de consumo atuais são possíveis, neste sentido, porque outras culturas foram extirpadas e outros modos de vida foram negados com o objetivo de tornar os “territórios funcionais às lógicas do capital” (LANG, 2016, p. 28).

O binômio “desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento” se constitui em um modelo que remete às colônias *versus* países centrais. A diferença reside na substituição de patamares

legitimadores: antes, falava-se em superioridade biológica e cultural; agora, fala-se em “ajuda contra a pobreza” ou “cooperação ao desenvolvimento”.

Em suma, a meta do chamado padrão desenvolvimentista é incluir territórios, notadamente aqueles não permeados pelas lógicas capitalistas, aos circuitos de acumulação de capital, transformando cidadãos em consumidores. Está-se diante de uma grande máquina de expansão do consumo, ratificada pelos governos. Esses últimos, por sua vez, impulsionam o “desenvolvimento” moderno segundo os ditames neoliberais.

O neoliberalismo, então, consiste em um conjunto de processos econômicos, políticos e culturais que permitem a um pequeno número de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social. As consequências dessas políticas são as mesmas em todos os lugares: crescimento da desigualdade econômica com o aumento marcante da pobreza absoluta entre as nações (QUIJANO, 2002). Para Chomsky (2002, p. 22, aspas e parênteses do autor), “resumidamente, as suas regras básicas são: liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (‘ajuste de preços’), fim da inflação (‘estabilidade macroeconômica’) e privatização”.

A atuação estatal, ao ser conivente com a conjuntura acima, acaba perpetuando relações sociais dominantes (BRAND, 2016). Nesse imperativo superposto de continuar o processo de acumulação é que “o Estado não é um ator neutro que atua independentemente da sociedade, formulando a vontade geral e solucionando problemas” (BRAND, 2016, p. 131). Acredita-se, portanto, que as confluências entre Estado e capital financeiro se inserem na perspectiva de manutenção, agora mais acentuada, da estrutura colonial capitalista, pois legitimam os interesses do capital.

Tal análise faz pensar sobre como o Estado colonial – com suas estruturas normativas – é uma instituição cuja gestão “se orienta historicamente a homogeneizar as políticas sem se importar com as culturas diversas que habitam os territórios nacionais, sem incorporar outras formas de ser, pensar e habitar os territórios” (MARTÍNEZ et al, 2016, p. 367).

O Estado permite e é condição de possibilidade para a reprodução de capital, para sua circulação e para a apropriação de riqueza por setores específicos da sociedade. Neste ínterim, “as relações

entre empreiteiros privados, empresários e Estado, e suas formas de captação da renda, são um elemento comum que acaba definindo planos, políticas e agendas em função dos interesses do capital privado” (MARTÍNEZ et al, 2016, p. 375), fomentando o projeto desenvolvimentista.

As entidades e os grupos de capital têm influência em setores da institucionalidade. Torna-se praticamente impossível, no marco neoliberal, propor reformas ou políticas públicas sem considerar as empresas e os capitais que monopolizam certas áreas da economia. O capital, portanto, é o sangue que flui pelo corpo político de todas as sociedades chamadas de capitalistas, as quais consolidaram as relações de produção e do modo de vida liberal, “até que estas adquirissem o caráter de formas *naturais* de vida social [...]” (LANDER, 2005, p. 12, grifo do autor).

Para entender criticamente as condições de vida humana hoje e, principalmente, as constantes aviltações enfrentadas pelos mais vulnerabilizados, torna-se urgente compreender o fluxo do capital e sua estranha lógica de comportamento. O que o aparato estatal faz é colocar em movimento o fluxo capitalista de modo que o dinheiro seja perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro.

A concepção desenvolvimentista é aliada do Estado e este é o “sujeito” responsável por fazer concessões ao poder oligárquico, sendo sua atuação forjada no ideal neoliberal de segregação dos muitos pelos poucos. São esses poucos que mobilizam as matérias-primas, as instalações, os equipamentos, os fluxos de energia e a força de trabalho para produzir mais e mais riqueza.

Tem-se, portanto, um terreno de luta estruturado para que compitam diferentes forças sociais e políticas as quais tentam promover seus próprios interesses, identidades e valores (BRAND, 2016). Quem consegue converter os interesses particulares em “interesse geral” – a ser promovido pelo poder público – são os detentores de poder financeiro, ainda que as forças e os atores vulnerabilizados estejam presentes assimetricamente dentro desta estrutura. Ora, é justamente a assimetria da relação o fator decisivo para a continuidade das desigualdades.

Ao concentrar recursos legais e financeiros, conhecimento e capacidade de ação, o desenvolvimento capitalista neoliberal, como é posto aqui, tenta se apropriar das histórias das

pessoas comuns e das organizações sociais mais frágeis, legitimando os interesses dos mais poderosos (BRAND, 2016).

A ampla negligência estatal diante dos interesses dos mais vulneráveis, a partir da lógica de mundo pautada por noções de riqueza, dominação e poder, viola liberdades e ameaça o meio ambiente em nome do padrão civilizatório hegemônico desenvolvimentista, cujo crescimento destrutivo mercantiliza as dimensões da vida.

3 A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COMO MEGAEMPREENHIMENTO E SUAS ARTICULAÇÕES ENTRE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS

O Brasil é um país de superlativos. Diz-se que “o culto à grandiosidade é um traço característico do povo e da política brasileira que se expressa nos mais diversos âmbitos da vida do país” (GLASS, 2016, p. 407-408). Nesse sentido, fala-se em melhor futebol do mundo (numa perspectiva histórica) e na maior festa popular (o carnaval). O país tem a maior cidade da América Latina (São Paulo), a maior floresta tropical, a maior biodiversidade e o maior reservatório de água doce, a Amazônia (GLASS, 2016).

A conexão com a grandiosidade, sendo real ou não, tem sido bastante explorada em benefício do projeto desenvolvimentista aqui mencionado. Isto porque diversos governos, ao longo da história recente, associam realizações de setores da economia a “um certo fetichismo nacionalista que lhes garante benevolências supraideológicas” (GLASS, 2016, p. 408). Ser grande, para o padrão desenvolvimentista neoliberal, significa, inclusive, abafar as críticas que apontem para possíveis fissuras do sistema.

Questiona-se, então, ainda de acordo com Glass (2016, p. 408), se é motivo de orgulho:

[...] sermos os maiores produtores de soja e cana do mundo; sermos os maiores exportadores de carne vermelha e termos o segundo maior rebanho bovino; termos a segunda maior hidrelétrica (Itaipu) e estarmos construindo a terceira (Belo Monte); ser brasileira a maior mineradora (Vale) e a maior mina de ferro (Carajás).

Esse imaginário megalomaniaco brasileiro define um “modelo” de país que invisibiliza modos de vida, possibilidades, pessoas e futuros. Tal modelo prioriza a acumulação do capital,

valendo-se da atuação estatal para alcançar seus intentos. É sob o lema “ser grande/maior/melhor” que se constroem os chamados megaempreendimentos.

Por megaempreendimentos, entendem-se os grandes projetos cujo elemento central é o “reposicionamento competitivo das cidades frente às transformações econômicas do capitalismo pós-fordista” (ROLNIK, 2015, p. 242). Identificam-se, nestes macroprojetos, a espoliação dos ativos dos mais pobres e a construção da hegemonia do capital financeiro com o patrocínio do Estado (ROLNIK, 2015).

Podem-se considerar os megaempreendimentos como verdadeiras expressões materiais da lógica desenvolvimentista, pautados em uma transformação do modelo político de governo. Este último passa a ser forjado sob a captura contratual dos fundos públicos a partir de estruturas de gestão com participação de investidores/empreiteiras (ROLNIK, 2015).

O modelo político de governo neoliberal, portanto, transforma as políticas públicas em megaempreendimentos, sendo seus impactos sociais desastrosos. É neste sentido que reside o risco ou, conforme coloca Kowarick (2009), o “viver em risco”. Significa que as decisões macroeconômicas geram dimensões de precariedade que se multiplicam “de forma que os mais vulneráveis, como aqueles que vivem em condições de pobreza ou em situação de insegurança da posse, estão mais propensos a viver em áreas sujeitas a desastres naturais” (ROLNIK, 2015, p. 237).

Viver em risco define a vulnerabilidade socioeconômica, política e civil de grupos de pessoas, consideradas, assim, invisíveis¹⁴⁹ e postas como as mais afetadas pelos megaempreendimentos por ocuparem lugares no território geralmente discriminados segundo a ótica capitalista. A discriminação associada à vulnerabilidade incide nos impactos provocados por tais projetos, resultando em violações de direitos.

¹⁴⁹ Faz-se alusão ao documentário “Invisíveis” (2017), resultado da pesquisa do professor e pesquisador em Saúde Pública André Monteiro (Fiocruz/PE), financiada pelo CNPq, que documenta os processos de vulnerabilização dos diversos grupos sociais afetados pela Transposição do Rio São Francisco. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=poIQF8FH-nA>>.

Como exemplo de megaprojeto, analisa-se a Transposição do Rio São Francisco. Também conhecido como Velho Chico, ele é um dos mais importantes do Brasil. Pela sua extensão e relevância, também é chamado de rio da integração nacional, atravessando paisagens diversas, como os biomas da Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Por ser o único rio perene do Nordeste Setentrional, propicia agricultura irrigada, pecuária e pesca, o que o torna responsável pela subsistência das comunidades em seu entorno (CARTA EDUCAÇÃO, 2017).

A Transposição é um megaempreendimento em andamento, sob a responsabilidade da federação, com o objetivo de integrar o Rio São Francisco a rios temporários do Semiárido nordestino. O objetivo é atender “a uma população de 390 municípios nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará” (CANGUSSU, 2016, *online*). Consta de dois Eixos, o Norte, saindo de Cabrobó/PE, com 260 km de canais e o Leste, com captação em Floresta/PE, com 217 km de canais (CANGUSSU, 2016).

O clima seco do semiárido é, *a priori*, determinado pela imprevisibilidade e má distribuição do volume de precipitações de chuvas ao longo do tempo, revelado pelos longos períodos de estiagem (SUASSUNA, 2002). Outro aspecto singular da região é a vegetação de caatinga, resistente ao clima com raízes espalhadas e caules espessos para uma melhor captação e armazenamento de água, além de folhas pequenas que reduzem a transpiração (SILVA, 2007).

Fala-se que a segurança hídrica para a região semiárida brasileira está entre os principais benefícios da obra. O aumento do abastecimento das áreas secas culminaria na elevação da produção de alimentos, queda da mortalidade de rebanhos e, portanto, favoreceria diretamente a vida no campo.

Entretanto, após 13 anos, o cenário é outro: nas regiões afetadas pela Transposição, os impactos socioambientais são evidentes. O macroprojeto tem promovido uma série de agressões à vida das pessoas que vivem ou viviam nas comunidades rurais por onde passam os canais. Existem relatos de sofrimentos e adoecimentos, indenizações irrisórias, deslocamentos forçados das famílias camponesas (desterritorialização), violência de gênero e uso de drogas, gerando mudanças drásticas de modos de vida¹⁵⁰.

¹⁵⁰ O documentário “Invisíveis” (2017) apresenta um apanhado de depoimentos e imagens sobre as populações vulnerabilizadas nos territórios de abrangência do projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Os danos se relacionam à fauna, à flora, ao solo e aos valores culturais de modo geral. As ações compensatórias oferecidas no início do projeto não se concretizaram. Além de prejuízos ao meio ambiente e das promessas não cumpridas, problemas como investimentos em empreendimentos particulares e perdas de acesso a alguns locais antes transitáveis estão na lista das consequências negativas. Conta-se que uma das condicionantes no julgamento do Ministério Público para instalação da obra seria o avanço do processo de demarcação da terra, o que não ocorreu. (COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2017)

Outro aspecto já apontado é a intervenção direta deste megaprojeto na vida dos camponeses ou moradores. Destaca-se, com preocupação, os casos de mulheres, sobretudo adolescentes, que tiveram gravidez indesejada e ficaram sem a assistência dos pais das crianças – os soldados do Exército e trabalhadores das empreiteiras – e sem paternidade. A proliferação do uso de drogas ilícitas nas comunidades rurais localizadas no entorno dos canteiros de obras e quadros de depressão também constam nos relatos. (COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2017)

Neste ínterim, a violência de gênero, as consequências à saúde mental e os danos patrimoniais e simbólicos foram graves prejuízos àquelas populações. Outro argumento é o de que a Transposição serviu para expandir as fronteiras do agronegócio, beneficiando, principalmente, latifundiários, pois grande parte dos canais passa por fazendas: “Apenas 4% da água será destinada à população local, 26% ao uso urbano e industrial e 70% para irrigação da agricultura” (CARTA EDUCAÇÃO, 2017, *online*).

Defende-se que, se o interesse real fosse atender a grande massa de trabalhadores rurais do Semiárido, deveria ter sido realizada a efetiva desapropriação destes territórios, destinando-os à agricultura familiar através da reforma agrária (NORONHA, 2017). Formas eticamente responsáveis e ambientalmente sustentáveis de resolver o problema da seca poderiam ter sido pensadas, como o incentivo à captação da água de chuva e a construção de pequenas e médias adutoras para o meio urbano, já que o desafio urbano é uma realidade no Nordeste atual, particularmente no Semiárido, ou seja, a priorização do uso de cisternas e de tecnologias sociais seria uma alternativa menos drástica.

Entretanto, venceu o discurso da Transposição do Rio São Francisco, alçada à condição de superlativo brasileiro, fruto da concepção megalomaniaca do capital. Na verdade, o que o

Estado e os agentes privados estavam vislumbrando ao iniciar as obras de tal empreendimento era a expansão de fronteiras agrícolas para atender às exigências do capital internacional. A preocupação com as consequências ambientais e sociais para o futuro regional e mesmo para o futuro do planeta nunca esteve na agenda governamental.

Diante do exposto, a obra tal como apresentada e operacionalizada é uma das mais perversas manifestações do colonialismo interno “que permeia não apenas as políticas de Estado do governo, mas o imaginário de uma numerosa parcela predominantemente urbana da sociedade brasileira” (GLASS, 2016, p. 422). O imaginário falacioso de que o “desenvolvimento” da nação exige seus sacrifícios – desde que os sacrificados sejam os outros, os invisíveis, os que estão acostumados a viver no limbo – ocorre em um contexto de descaso planejado.

De acordo com Scott (2009, p. 9), descaso planejado:

[...] é um termo que reconhece que, mais vezes que não, projetos destas dimensões prejudicam quem reside próximo aos locais destinados para a sua implementação. Detalhe trás detalhe, aparecem ambigüidades múltiplas que, quando cuidadosamente examinadas, criam um padrão de prejuízos maiores para os que são mais fracos, por mais bem organizados e apoiados que estejam. Aponta para as relações entre uma miríade de agentes sociais que se mobilizam para negociar em torno de objetivos estruturalmente conflitantes, cada lado procurando convencer aos outros que seu argumento é mais consistente e seus interesses mais nobres.

Assim, os megaprojetos de desenvolvimento mobilizam planejadores e administradores durante décadas em torno de objetivos hierarquizados bastante claros. Tudo é cuidadosamente negociado ao longo de todas as operações, desde as primeiras inspirações de ideias até a concretização e implementação da obra. Para tanto, os administradores necessitam de contingentes de aliados atraídos pelas muitas oportunidades que tais projetos oferecem. As populações que se encontram no caminho, por sua vez, terão que ceder a eles. “É uma cessão resistida, batalhada e negociada [...]” (SCOTT, 2009, p. 10).

Neste sentido, a estrutura organizacional de empreendimentos do porte da Transposição contribui para que as previsões do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA)¹⁵¹ não sejam cumpridas, principalmente as referentes à temporalidade. A obra aqui estudada se arrasta por longos 13 anos ao custo de bilhões de reais em dinheiro público.

¹⁵¹ O Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco está disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/documents/10157/3678963/Rima+-+Relat%C3%B3rio+de+Impacto+Ambiental.pdf/4324863d-cbff-4522-9bd0-eab9d34b8fe2>>.

Estas são estratégias tramadas pelo capital para que os fluxos de dinheiro permaneçam se movimentando entre o Estado e seus agentes privados à medida que a parcela mais vulnerável da população segue sendo suplantada com uma surpreendente naturalidade em nome do “padrão desenvolvimentista”.

3.1 Transposição privatizada? Algumas provocações

Depois de mais de uma década em andamento e com problemas de manutenção e operacionalização – os canais e as barragens sucessivas para elevação da água apresentaram problemas de ordem técnica, com rupturas e vazamentos, dificultando gravemente o bombeamento contínuo das águas – a Transposição do Rio São Francisco chega ao Governo Bolsonaro (MALVEZZI, 2019).

Na atual conjuntura política, trama-se fazer da Região Nordeste um “mercado global de águas”, através da privatização das operações da Transposição. Tal ideia, apesar de agora ganhar força, já era uma proposta vinda do governo FHC por parte do Banco Mundial (MALVEZZI, 2019). Aos poucos, portanto, o mundo do capital vai impondo seus interesses.

A prova de que as dinâmicas capitalistas neoliberais se amoldam ao contexto no qual estão inseridas, foi publicado em 5 de agosto de 2019 o Decreto nº 9.954, dispondo acerca da “qualificação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional **no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República**” (BRASIL, 2019, *online*, grifos nossos).

O diploma deixa claro no artigo 1º que o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) se enquadra no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) “como obra estratégica para estudos que visem à conclusão de suas obras e **contrato de parceria com o setor privado para sua operação e manutenção**” (BRASIL, 2019, *online*, grifos nossos). Por fim, afirma que o Ministério de Minas e Energia encaminhará ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) “proposta de medidas para a realização de leilão com vistas à redução dos custos de energia para a operação do PISF” (BRASIL, 2019, *online*).

Com a privatização, o pior poderá acontecer, ou melhor, as consequências nefastas já constatadas serão agravadas. Segundo pesquisadores, “todos os estados receptores perderão a autonomia de toda a água armazenada em seus reservatórios, inclusive aquelas oriundas das chuvas [...]” (MALVEZZI, 2019, *online*). A privatização transformará a água em mercadoria, logo, quem quiser consumi-la deverá pagar por ela, inclusive pagar por aquela que é dádiva da natureza, a água da chuva, já que esta se mistura às águas da Transposição nos reservatórios, não havendo como distinguir o que vem das chuvas e o que vem da megaobra. Nessas circunstâncias, a empresa que assumir a manutenção do empreendimento irá lucrar com a venda da água.

O Velho Chico, por seus recursos e sua capacidade de gerar vida, é a nova riqueza sob os olhos do capital. Em razão disso, seu futuro é constantemente ameaçado. Seja com a Transposição, a construção de usinas hidrelétricas ou com a possibilidade de construir usinas nucleares em seu entorno, o Rio São Francisco está sempre protagonizando os megaprojetos de desenvolvimento na região.

Sua revitalização nunca é considerada nem as populações que dele dependem para sobreviver. Pelo contrário, a cada megaempreendimento planejado e executado pelo Estado com a participação ativa de grandes empresas, há a morte de parte do Rio e de seu legado transgeracional. A natureza da obra da Transposição já apontava para esse tipo de desdobramento. O governo atual apenas agrava o que já era bem problemático.

O cenário de apropriação do São Francisco pelos agentes públicos e privados só leva a um caminho: a destruição sistemática dos elementos vivos a ele associados, dos modos de vida ribeirinhos e camponeses, dos vínculos com terra e com os ciclos naturais. A ameaça aos modos cotidianos de existir é vivida com angústia e desesperança e solapa a capacidade de resistência das comunidades, já calejadas pelo acesso precário ao sistema de justiça e pelas violações de direitos.

4 DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS NA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Neste ponto do presente trabalho, busca-se analisar um dos impactos sociais decorrentes das obras da Transposição. O destaque à desterritorialização das famílias camponesas visa demonstrar que a intervenção compulsória na vida delas fez emergir problemas complexos, intensificados pela morosidade da etapa de finalização das obras.

A desestabilização do poder territorial, a desconstrução do modo de produção familiar e a descaracterização da identidade camponesa, fragilizando as possibilidades de escolhas e decisões sobre a vida e a saúde, estão entre estes problemas.

A desterritorialização pode ser entendida a partir da ideia de “expulsão”, proposta por Sassen (2016, p. 9): “nas duas últimas décadas, houve grande crescimento da quantidade de pessoas, empresas e lugares expulsos das ordens sociais e econômicas centrais de nosso tempo”. Para a autora, os tipos de expulsão são possibilitados por decisões elementares em alguns casos ou por conquistas econômicas e técnicas avançadas.

Tais expulsões são provocadas. Significa que “os instrumentos para sua realização vão desde políticas elementares até instituições, sistemas e técnicas complexos, que requerem conhecimento especializado e formatos organizacionais intrincados” (SASSEN, 2016, p. 10). Concorde-se com a autora sobre o fato de que os caminhos para expulsão variam muito. No mundo contemporâneo, as políticas de austeridade e as práticas destrutivas de mineração são causas de expulsões, por exemplo. Logo, o caráter, o conteúdo e o local das mesmas atravessam estratos sociais, considerando que a globalização do capital é capaz de produzir enormes efeitos em escala universal.

Os deslocamentos das famílias camponesas promovidos pela Transposição do Rio São Francisco são também expulsões, pois equivalem a processos de “seleção selvagem” (SASSEN, 2016) sofridos pelas populações vulnerabilizadas diante da escalada desenvolvimentista. Nesse sentido, a transferência forçada dos grupos de pessoas para os territórios de espera (ou Vilas Produtivas Rurais, no contexto da Transposição) se constitui em um evento degradante legitimado pelo Estado, que negocia e elabora leis necessárias para viabilizar tal expulsão.

Os impactos de tamanha agressão, têm ressonâncias social, cultural, educacional, histórica, política e, na saúde da população afetada. A Saúde e a Saúde mental têm compreensões diversas, amplas e complexas que são historicamente atravessadas por situações sociopolíticas.

A definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) tem recebido muitas críticas, embora tenha sido inovadora, quando lançada em 1946: “A saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946, online). Apesar de ampliar a noção de saúde para além do binômio saúde-doença, incluindo aspectos físicos, emocionais, sociais, culturais, ao se referir a um “completo bem-estar”, mostra-se como uma condição distante ou mesmo impossível de ser alcançada. Entretanto, ressaltamos a amplitude dessa visão ao considerar a saúde como produção social, bem como a interrelação entre saúde e saúde mental como constructos marcados pela cultura, uma vez que a OMS compreende a saúde mental como “um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade” (WHO, 2001, online).

Nessa direção, podemos dizer que para além de uma oposição a um discurso psiquiátrico ao qual coloca a saúde mental em oposição à loucura, aos transtornos mentais, na década de 60, Basaglia (2009) propôs pensarmos a loucura rompendo com o paradigma da doença e ampliando com questões referentes à cidadania e a inclusão social. Aqui encontramos uma relação com a questão da saúde mental no contexto rural onde residem camponeses afetados pela Transposição do Rio São Francisco, em especial aqueles que tiveram que se deslocar a partir da desapropriação e passaram a morar na Vila Produtiva Rural (VPR), uma vez que pensar acerca da saúde mental é compreender que para além das manifestações das doenças, há sofrimentos referentes aos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Além disso, há que se atentar para as desigualdades em saúde quando estamos nos referindo ao cuidado com a população do campo, os povos da terra.

Assim, ficamos a refletir que as mudanças socioambientais e econômicas advindas da desapropriação, que encaminham para uma desterritorialização, alteram o trabalho e os modos de vida dessa população, aumentando a tensão, o estresse possibilitando a presença do sofrimento diante de tantas transformações em seus cotidianos. Tais mudanças revelam que o processo saúde-doença é atravessado por questões desiguais de acesso à água, de políticas

públicas, de perdas de terras e de acessibilidade ao próprio território, contribuindo sobremaneira para o aumento da desigualdade e da vulnerabilidade social, uma vez que se encontram expostos a mudanças e rupturas em seus modos de viver cotidiano, em decorrência da desapropriação e contribuindo para o aparecimento do sofrimento e do adoecimento da população do campo (XIMENES; CAMURÇA, 2016).

Isto remete à falácia de que o modelo de desenvolvimento exige sacrifícios, desde que os sacrificados sejam os considerados “invisíveis” pelo próprio sistema. Assim funciona a atuação neoliberal estatal, alimentada pelo capital financeiro e pelos agentes privados (empreiteiras), cujo objetivo é o lucro.

Antes de discutirmos sobre os territórios de espera, para onde muitas famílias camponesas foram levadas quando os canais deste megaprojeto tomaram suas antigas casas, faz-se necessária uma breve descrição do processo de conformação socioeconômica do Semiárido nordestino, “visto que, a partir disso, se revela o legado colonizador desta região, expresso pela tenacidade dos grandes latifúndios” (DOMINGUES, 2016, p. 15). Neste ínterim, deve ser dito que a estrutura da organização econômica do Sertão nordestino se engendra a partir não somente da natureza física do lugar, mas também da distribuição fundiária e de propriedade e divisão social do trabalho (ANDRADE, 2011).

Desde o período colonial, a economia sertaneja se fundamenta na criação de gado, bode e outros animais. A agricultura, por sua vez, é restrita a pequenas áreas, servindo para o abastecimento das populações locais, formadas por núcleos familiares (DOMINGUES, 2016, p. 16):

Parece evidente que a (re)produção dos modos de vida das populações locais dependem das possibilidades da ação humana sobre as adversidades, que incutem condições limitadoras à vida no semiárido. Nesta direção, aponta-se para a responsabilidade do Estado em planejar e prover ações que solucionem ou, minimamente, mitiguem as desigualdades sociais que agravam o desafio de viver com a semiaridez (DOMINGUES, 2016, p. 16-17).

Assim, o Semiárido é mais um alvo do processo desenvolvimentista, que se concretiza por meio da atuação do Estado enquanto instituição capitalista e pós-colonial. O sistema dos grandes latifúndios, de um lado, e das parcelas minúsculas de terra para agricultores, de outro, é predatório, pois concentra terra e miséria ao passo que mantém o coronelismo e o poder político das elites locais.

A Transposição do Rio São Francisco foi forjada sob este paradigma neoliberal, servindo-se da vulnerabilidade de tantos sertanejos calejados pela secular e desigual estrutura fundiária. Ainda neste contexto e tendo em vista a situação social e geográfica do Semiárido, foram ofertadas como “solução” de reassentamento para uma parcela das populações desapropriadas as Vilas Produtivas Rurais (VPRs). Estas disposições estão no Projeto Básico Ambiental (PBA) nº 8¹⁵².

Vale salientar que as propostas de reassentamento se diversificam em algumas modalidades, entre as quais se encontram as VPRs. Consoante Domingues (2016, p. 61-62):

A opção pelo reassentamento rural coletivo foi prescrita para famílias proprietárias de terras e/ou benfeitorias e de não proprietárias com benfeitorias, que atendam os critérios de elegibilidade, não claramente explicitados no referido PBA. De acordo com o documento oficial: os que optarem por essa modalidade farão a permuta do valor indenizatório da casa em que residem pelo reassentamento.

Cada família camponesa realocada nas Vilas possui direito a uma extensão territorial que totaliza cinco hectares de terra. O programa de medidas mitigatórias deve assegurar o acesso das famílias reassentadas aos serviços primários de educação e saúde, assim como assistência técnica rural.

Ainda que se fale em medida mitigadora ou compensatória, o processo de reassentamento por meio das VPRs é considerado desterritorialização compulsória, deslocamento forçado ou, ainda, expulsão, porque “vincula-se a uma condição externa e obrigatória de ser desapropriado e (re)territorializar-se em outro local” (DOMINGUES, 2016, p. 74).

A intervenção compulsória sofrida por essas famílias impõe mudanças drásticas nas formas de organização material e imaterial da vida, afetando, sobretudo, a territorialidade camponesa. Assim sendo, acredita-se que todo território humano é uma construção social e histórica, de natureza simbólica e concreta, onde a vida acontece e ganha significação. O espaço é base primeira de reprodução social, portanto, substrato de vida (DOMINGUES, 2016).

¹⁵² O Projeto Básico Ambiental (PBA) foi elaborado a partir das recomendações das medidas mitigadoras, compensatórias, de monitoramento e controle ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), descritas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento, sendo assim, subdividido em Programas específicos, como o Programa de Reassentamento das Populações apresentado pelo Ministério de Integração Nacional ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com vistas à emissão da Licença de Instalação do empreendimento.

Considerando a relação entre o caráter geográfico do Sertão e as formas de atividades da população residente, a Transposição pode ser enquadrada como uma forma de destruição dos modos de vida rurais, seja quando oferece uma indenização injusta, seja com a possibilidade de reassentamento. Este último, ao transferir grupos de famílias que viviam do campo, causou impactos na relação homem-espaço-tempo.

Neste sentido, as Vilas Produtivas Rurais são territórios de espera tutelados, segundo denominação feita pelo geógrafo Alain Musset, pelo sociólogo Dominique Vidal e pelo historiador Laurent Vidal (2011). O reassentamento em um local completamente diferente daquele a que pertenciam – na contramão do previsto no PBA – deu origem a espaços ou zonas de espera que se estendem no tempo. Lugares onde a temporalidade se manifesta de forma contundente, na qual passado, presente e futuro se embrincam de tal forma que o tempo cronológico não acompanha o tempo existencial da desesperança. Neles, as pessoas não fazem outra coisa senão ‘empurrar o tempo’ (AGIER, 2015a, p. 73, grifo do autor). São tutelados porque o Estado é o responsável por impedir a continuidade das relações de produção.

Nas VPRs não existe apropriação simbólica ou sentimento de pertencimento. Conforme entendimento de Florêncio da Silva (2016, p. 94), “as vidas estão em suspensão, não só juridicamente”. O megaempreendimento condenou as famílias camponesas sujeitas ao processo de reassentamento ao “limbo existencial que consiste na espera pela conclusão das obras para, então, prosseguir em retomada dos seus modos de produção” (DOMINGUES, 2016, p. 86). Há Vilas, cujos moradores ainda não receberam os lotes produtivos irrigados e de sequeiro, tornando o trabalho camponês inviável devido à privação dos meios básicos de produção (DOMINGUES, 2016).

Ao confiscar o antigo território (base de subsistência), o Estado, atuando sob o manto neoliberal desenvolvimentista, impediu a continuidade das relações de produção e passou a “compensar” o desmonte do modo de produção familiar com a oferta mensal de uma Verba de Manutenção Temporária (VMT).

Todas as políticas, instituições, sistemas, agentes e técnicas envolvidos no processo predatório de expulsões no trajeto ignoraram a diversidade de modos de vida no campo, invisibilizando os saberes e as múltiplas cosmovisões que existem. Preferiram investir na expansão do modo de

vida imperial a partir de simbolismos associados a uma versão moderna de progresso: os megaempreendimentos.

Quando o Estado se utiliza do aparato de capacidades técnicas a seu favor e a favor dos donos do dinheiro, acaba propiciando brutalidades das mais diversas, entre elas, os territórios de espera da Transposição do Rio São Francisco (ou VPRs), territórios do não pertencer, territórios da exceção.

Esta excepcionalidade jurídica, criada territorialmente, termina por controlar as populações consideradas “indesejadas”, segundo afirma Florêncio da Silva (2016). É mais cômodo que os sertanejos sejam deslocados e armazenados em espécies de “campos formais”, amontoados como se fossem coisas e desprovidos de seus meios de subsistência. A expulsão de cada um deles dos territórios dos quais faziam parte é também a morte de um pedaço importante da economia rural local.

Por estas razões, pode-se afirmar que a Transposição do Rio São Francisco e os demais macroprojetos de desenvolvimento reproduzem o caráter colonial, porque modernizar-se significa sustentar a colonialidade, o desejo de ser o outro dominante (IBÁÑEZ, 2016).

Para romper com a armadilha hegemônica do capital, o grande desafio é transformar profundamente os aparatos estatais e as relações entre Estado e sociedade. Nesta missão, é mister contar com uma sociedade fortemente organizada, autônoma, capaz de pressionar legitimamente os atores estatais (LANG, 2016).

O aprimoramento da esfera social só virá com a efetiva inclusão de todos enquanto cidadãos, ou seja, é preciso pensar em alternativas ao desenvolvimento. Caso contrário, continuaremos a assistir com perplexidade a expulsão das pessoas vulneráveis de suas terras, trabalhos e casas, de seus espaços vitais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a Transposição do Rio São Francisco como megaempreendimento, fruto das relações entre Estado e agentes privados, significa evidenciar seus impactos socioambientais. Isto

porque esta obra megalomaníaca teve efeitos devastadores sobre a vida e a autonomia de grupos de pessoas, principalmente os mais vulneráveis, em um contexto de descaso planejado.

Percebe-se que o Estado fomenta a acumulação do capital quando permite que o mercado e as empreiteiras dominem as decisões políticas e as intervenções econômicas. Os entes envolvidos se valem dos pressupostos neoliberais para implantar o modelo de desenvolvimento predatório e discriminatório.

Num verdadeiro culto à grandiosidade, constroem-se os megaempreendimentos ou macroprojetos, entre eles a Transposição, estudada juntamente com as articulações feitas entre agentes públicos e privados. Vendida como garantia de segurança hídrica para o Semiárido nordestino, calejado por estiagens longas, a obra, após 13 anos, revela seu lado mais obscuro com promessas do EIA/RIMA não cumpridas, possibilidade de privatização pelo atual governo e agravamento da situação de vulnerabilidade de famílias camponesas.

Expulsas ou deslocadas compulsoriamente de suas propriedades devido à passagem dos canais, foram reassentadas em Vilas Produtivas Rurais ou territórios de espera tutelados. Neste processo, há um afastamento entre os sujeitos e seu saber originário, entre os sujeitos e o espaço, entre os sujeitos e o tempo. As famílias camponesas sofrem, então, com a inviabilização das atividades tradicionais de agricultura e criação de animais.

O desmonte dos modos de produção familiar parece tangenciado por um mecanismo que obedece ao formato padrão de implantação de grandes obras desenvolvimentistas nos territórios locais. Nota-se, diante do cenário descrito, certo intento de subverter a região semiárida ao contexto econômico nacional e internacional do agronegócio. Por isso, frisa-se a necessidade de aprofundar o entendimento sobre o desenovelar das escolhas políticas nos territórios atingidos e suas repercussões na vida das famílias camponesas desterritorializadas compulsoriamente. As escolhas e decisões políticas, sob o manto de resolver os problemas relacionados à seca, encontram-se circunscritas na ideia de uma escalada desenvolvimentista sem fim.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **Migrações, descentramento e cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras**. Trad. Bruno César Cavalcanti, Maria Stela Torres B. Lameira, Rachel Rocha de A. Barros. São Paulo: Ed. Unesp; Alagoas: Edufal, 2015a, 320 p.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BASAGLIA, F. **A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BRAND, Ulrich. Estado e políticas públicas: sobre os processos de transformação. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016. p. 123-137.
- BRASIL. **Decreto nº 9.954**, de 5 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9954.htm>. Acesso em: 28 mai. 2020.
- CANGUSSU, Aroldo. A transposição do rio São Francisco. Instituto Humanitas Unisinos, 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/558954-a-transposicao-do-rio-sao-francisco>>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- CARTA EDUCAÇÃO. Entenda a transposição do Rio São Francisco. 2017. **Carta Educação**. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/entenda-a-transposicao-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COMBATE RACISMO AMBIENTAL. Pesquisa da Fiocruz expõe vulnerabilização das comunidades e povos atingidos pela Transposição do São Francisco em PE. 2017. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/03/31/pesquisa-da-fiocruz-expoe-vulnerabilizacao-das-comunidades-e-povos-atingidos-pela-transposicao-do-sao-francisco-em-pe/>>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- DOMINGUES, Renata Cordeiro. A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do Rio São Francisco: o desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco). 2016. 113 f. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.
- FLORENCIO DA SILVA, Daniela. Das migrações forçadas à contenção territorial: as geografias do campo de refugiados de Dadaab no Quênia. 2016. 234 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GLASS, Verena. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: a história de Belo Monte. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Elefante, 2016. p. 405-424.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Elefante, 2016. p. 297-333.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Cidade Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 8-23.

LANG, Miriam. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Elefante, 2016. p. 25-44.

MALVEZZI, Roberto. São Francisco, transposição privatizada? Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591509-sao-francisco-transposicao-privatizada>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

MARTÍNEZ, Alexandra et al. O Estado como instrumento, o Estado como impedimento: contribuições ao debate sobre a transformação social. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Elefante, 2016. p. 355-401.

NORONHA, Gustavo. A transposição do São Francisco, entre louros e responsabilidades. Instituto Humanitas Unisinos, 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/565875-a-transposicao-do-sao-francisco-entre-louros-e-responsabilidades>> Acesso em: 25 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) – 1946.** USP. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organização-Mundial-da-Saúde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos.** Marília, v. 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Universitária, 2009.

SILVA, R. M. A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, jul./set. 2007.

SUASSUNA, J. Semi-árido: proposta de convivência com a seca. **Fundação Joaquim Nabuco**. Recife, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=659&Itemid=376>. Acesso em: 10 mai. 2020.

VIDAL, Laurent; MUSSET, Alain; VIDAL, Dominique. Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). **Revue Franco-brésiliennne de géographie**, n. 13, p. 1-24, 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7274>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. Strengthening mental health promotion. Geneva: **World Health Organization (Fact sheet no. 220)**, 2001. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs220/en/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

XIMENES, V. M.; CAMURÇA, C. E. de S. Novos cenários da pobreza e da seca na zona rural nordestina: suas implicações na saúde mental. In: DIMENSTEIN, M.; LEITE, J.; MACEDO, J. P.; DANTAS, C. (Orgs.). **Condições de Vida e Saúde Mental em Contextos Rurais**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq; Natal: UFRN; Teresina: UFPI, Fapepi, 2016.